

Educação no Brasil: Experiências, Desafios e Perspectivas 3

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)



Atena
Editora
Ano 2019

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Educação no Brasil: Experiências, Desafios e Perspectivas 3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	Educação no Brasil [recurso eletrônico] : experiências, desafios e perspectivas 3 / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Educação no Brasil. Experiências, Desafios e Perspectivas; v. 3) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-666-9 DOI 10.22533/at.ed.669192709 1. Educação – Brasil – Pesquisa. 2. Prática de ensino. I. Guilherme, Willian Douglas. CDD 370.981
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2019

APRESENTAÇÃO

O livro “Educação no Brasil: Experiências, desafios e perspectivas” reúne 79 artigos de pesquisadores de diversos estados e instituições brasileiras. O objetivo em organizar este livro é o de contribuir para o campo educacional e das pesquisas voltadas aos desafios educacionais, sobretudo, das práticas educativas e da formação de continuada de professores.

A obra contém um conjunto de resultados de pesquisas e debates teórico-práticas que propõe contribuir com a educação em todos os níveis de ensino, sobretudo, assuntos relativos à interdisciplinaridade, matemática, arte, gênero, formação continuada e prática escolar.

Os 79 artigos que compõem esta obra foram agrupados em 3 Volumes distintos. Neste 3º e último Volume, são 20 artigos que debatem a Formação Continuada de Professores, fechando com 6 artigos em torno da temática Educação e Arte. No 1º Volume, são 14 artigos em torno da temática Gênero e Educação e 15 artigos sobre Interdisciplinaridade e no 2º Volume, são 25 artigos que debatem sobre a prática escolar em diversos níveis e espaços do processo educacional.

A obra é um convite a leitura e entregamos ao leitor, em primeira mão, este conjunto de conhecimento.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

PARTE 1 - FORMAÇÃO CONTINUADA

CAPÍTULO 1	1
DESAFIOS DA GESTÃO ADMINISTRATIVA/FINANCEIRA NA EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL	
Edilma de Jesus Louzeiro Cruz	
Erisvan Sales Oliveira	
Raimunda Nonata da Silva Machado	
DOI 10.22533/at.ed.6691927091	
CAPÍTULO 2	11
A EXPRESSIVIDADE DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO - DESAFIOS DA PEDAGOGIA UNIVERSITÁRIA E PERSPECTIVAS DA FORMAÇÃO DOCENTE	
Regina Zanella Penteadó	
DOI 10.22533/at.ed.6691927092	
CAPÍTULO 3	24
A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DE NOVOS PROFESSORES DURANTE A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO	
Ana Luiza Sobrinha Silva Souza	
Emília Karla de Araújo Amaral	
DOI 10.22533/at.ed.6691927093	
CAPÍTULO 4	36
A UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA E À MODA DA POLÍTICA IDENTITÁRIA	
Emanuel Oliveira da Costa	
Emelinne Bezerra Tavares	
DOI 10.22533/at.ed.6691927094	
CAPÍTULO 5	43
APROXIMAÇÕES ENTRE AS CIÊNCIAS NATURAIS E AS CIÊNCIAS HUMANAS BASEADAS NA BNCC: O LUGAR DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO NA ESCOLA	
Roberta Dall Agnese da Costa	
Ana Cláudia Reis de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.6691927095	
CAPÍTULO 6	54
AS CONCEPÇÕES FORMATIVAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DO CEARÁ	
Consolação Linhares de Carvalho Coelho	
Antonia de Abreu Sousa	
Amarílio Gonçalves Coelho Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.6691927096	

CAPÍTULO 7 64

ASPECTOS TEÓRICO-PRÁTICOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM PROMOÇÃO DA SAÚDE:
EXPERIÊNCIAS EXITOSAS DA ENFERMAGEM

Antonia de Fátima Zanchetta Serradilha
Elza de Fátima Ribeiro Higa
Dircelene Jussara Sperandio
Marli Terezinha Casamassimo Duarte
Vera Lucia Pamplona Tonete

DOI 10.22533/at.ed.6691927097

CAPÍTULO 8 77

CONTRIBUIÇÕES DA REVISTA EDUCITEC PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
NO AMAZONAS

Wagner Gomes de Oliveira
Carolina Menandes de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.6691927098

CAPÍTULO 9 88

“CRISE DA DOCÊNCIA” E SEUS REFLEXOS NA RELAÇÃO ENSINO-APRENDIZAGEM

Izaque Pereira de Souza
Teresa Kazuko Teruya
Wellington Junior Jorge

DOI 10.22533/at.ed.6691927099

CAPÍTULO 10 98

DA TEORIA À PRÁTICA: UM OLHAR SOBRE AS VIVÊNCIAS EM UM ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Anderson Moisés Barbosa Souza Chagas

DOI 10.22533/at.ed.66919270910

CAPÍTULO 11 105

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DA DOCÊNCIA: A NECESSIDADE DA FORMAÇÃO
CONTINUADOS DOS PROFESSORES

Ludimar Pegoraro
Arã Paraguassu Ribeiro
Rodrigo Regert
Kleber Prado Filho
Patrícia de Deus e Silva
Rosana Rachinski D`Agostini
Marissol Aparecida Zamboni
Fátima Noely da Silva
Eliane Baldo Fantinel
Marcelo Ricardo Colaço

DOI 10.22533/at.ed.66919270911

CAPÍTULO 12 117

É POSSÍVEL DESENVOLVER COMPETÊNCIAS E HABILIDADES POR MEIO DE PRÁTICAS LÚDICAS? RELATO DE EXPERIÊNCIA E PERCEPÇÃO DISCENTE DO CURSO DE FARMÁCIA DE UMA UNIVERSIDADE FEDERAL

Lucila Ludmila Paula Gutierrez
Alexsandro Ferreira Guimarães
Camila Silva Martins
Ana Gabriela Pericolo Nunes
Ana Paula Oliveira Barbosa
Paula Pillar Pinto
Marilene Porawski

DOI 10.22533/at.ed.66919270912

CAPÍTULO 13 125

FORMAÇÃO ACADÊMICA: RECONSTRUÇÃO, RESSIGNIFICAÇÃO OU RESGATE?

Juliana Alvares Duarte Bonini Campos

DOI 10.22533/at.ed.66919270913

CAPÍTULO 14 133

HORA-ATIVIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL E O TEMPO/ESPAÇO DA FORMAÇÃO CONTINUADA

Jessica Rautenberg
Rita Buzzi Rausch

DOI 10.22533/at.ed.66919270914

CAPÍTULO 15 141

O ALIMENTO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR: DIÁLOGOS ENTRE A FORMAÇÃO DOCENTE, DISCENTE E COMUNIDADE

Terezinha Camargo Pompeo Vinha.
Marcia Reami Pechula

DOI 10.22533/at.ed.66919270915

CAPÍTULO 16 148

O DEBATE ACERCA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO CONTINUADA

Cintya Roberta Oliveira dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.66919270916

CAPÍTULO 17 157

O PARFOR E SUAS CONTRIBUIÇÕES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UMA ANÁLISE NO ÂMBITO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS BRASILEIRAS

Raul da Silveira Santos
Francisco Pereira de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.66919270917

CAPÍTULO 18 168

O PROJETO INTEGRADOR COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DO CURRÍCULO INTEGRADO NOS DOCUMENTOS OFICIAIS DO IFPA

Robson de Sousa Feitosa
Vanderlei Antonio Stefanuto
Soraya Farias Aquino
Alessandra Ribeiro Duarte

DOI 10.22533/at.ed.66919270918

CAPÍTULO 19	181
OS NOVOS DESAFIOS DO ENSINO SUPERIOR: CONTRIBUIÇÕES HUMANISTAS PARA A FORMAÇÃO DO JURISTA	
Pedro Henrique Hermes	
DOI 10.22533/at.ed.66919270919	
CAPÍTULO 20	188
WORKSHOP DE ENSINO COMO ESTRATÉGIA DE FORMAÇÃO DOCENTE: RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Fernanda Klein Marcondes	
Lais Tono Cardozo	
Kelly Cristina Gavião Luchi	
DOI 10.22533/at.ed.66919270920	
 PARTE 2 - EDUCAÇÃO E ARTE	
CAPÍTULO 21	195
(DESCONSTRUINDO) ESTEREÓTIPOS: NARRATIVAS EM TORNO DO ENSINO DA ARTE	
Mikael Miziescki	
Marcelo Feldhaus	
DOI 10.22533/at.ed.66919270921	
CAPÍTULO 22	207
10 EDIÇÕES DO <i>ENCONTRO DE EDUCAÇÃO MUSICAL DO INSTITUTO DE ARTES DA UNICAMP</i> : O ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE AS PUBLICAÇÕES GERADAS PELAS COMUNICAÇÕES ORAIS	
Paulo Roberto Prado Constantino	
DOI 10.22533/at.ed.66919270922	
CAPÍTULO 23	215
EDUCAÇÃO MUSICAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO: O MATERIAL DIDÁTICO DE ACORDO COM OS PROFESSORES DE ARTE	
Aline Raquel Costa de Oliveira	
Cassiano de Almeida Barros	
Andreia Miranda Moraes do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.66919270923	
CAPÍTULO 24	223
ENSINO DE ARTES: FRONTEIRAS ENTRE CURRÍCULO E PESQUISA DOCENTE	
Christiane de Faria Pereira Arcuri	
Deise Marins Alcântara	
DOI 10.22533/at.ed.66919270924	
CAPÍTULO 25	234
MÚSICA E EDUCAÇÃO: UMA PERSPECTIVA BAKHTINIANA	
José Carlos Teixeira Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.66919270925	

CAPÍTULO 26	243
O MATERIAL DIDÁTICO PARA BANDAS DE MÚSICA: REFLEXÕES E POSSIBILIDADES DE USO	
Fernando Vieira da Cruz	
DOI 10.22533/at.ed.66919270926	
SOBRE O ORGANIZADOR	253
ÍNDICE REMISSIVO	254

O DEBATE ACERCA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO CONTINUADA

Cintya Roberta Oliveira dos Santos

Faculdade de Formação de Professores /
Universidade do estado do Rio de Janeiro
São Gonçalo – Rio de Janeiro

RESUMO: O presente trabalho aborda o debate sobre a importância da Educação de Jovens e Adultos e como ela pode ser pensada na perspectiva do direito e na formação continuada, não apenas voltada para a certificação destes estudantes ou para a inserção no mercado de trabalho. Buscamos refletir como este caminho pode ser traçado na formação de jovens e adultos, através da concretização de uma política educacional emancipatória e sob o viés da garantia de direito. A Educação de Jovens e Adultos foi constituída, historicamente, sobre bases que a justificam como uma educação compensatória, especialmente para atender a uma demanda do mercado. Consideramos neste trabalho, que o que tem conduzido o objetivo-fim da EJA, tendo como parâmetros as suas bases curriculares, é a formação como uma “terminalidade” em si no processo de formação de jovens e adultos, pois percebemos que as políticas públicas voltadas para este público têm se estruturado nesta perspectiva. Para tanto, fazemos um resgate histórico desta modalidade de formação e quais os seus principais fundamentos legais. Em todo

processo de análise destas políticas, buscamos compreender como esta realidade pode ser mudada e como a EJA pode ser efetivamente reconhecida pela sociedade como um direito e não apenas como uma reparação. E, principalmente, como ela pode ser um caminho possível para a inserção destes sujeitos na universidade, dando um caráter de processo formativo contínuo e não como fim em si mesmo.

PALAVRAS-CHAVE: Direito à educação; EJA; Acesso ao Ensino Superior

THE DEBATE ON EDUCATION OF YOUTH AND ADULTS IN THE PERSPECTIVE OF CONTINUING EDUCATION

ABSTRACT: The present work addresses the debate about the importance of Youth and Adult Education (EJA) and how it can be thought from the perspective of law and continuing education, not only orientated towards the certification of these students or the insertion in the job market. We seek to consider how this path can be traced in the formation of youths and adults through the implementation of an emancipatory educational policy and under the view of the guarantee of law. Youth and Adult Education has been historically constituted on basis that justify it as compensatory education, especially to meet market demand. We consider in this work that

what has driven the end-goal of the EJA, having as parameters its curricular bases, is the formation as a “terminality” in itself in the process of formation of young people and adults, since we perceive that public policies directed to this public have been structuring in this perspective. For this to be possible, we make a historical recovery of this type of training and what are its main legal grounds. Throughout the process of analyzing these policies, we seek to understand how this reality can be changed and how the EJA can be effectively recognized by society as a right and not just as a reparation. In addition, above all, how it can be a possible way for the insertion of these subjects in the university, giving a character of continuous formative process and not as an end in itself.

KEYWORDS: Right to education; EJA; Access to Higher Education

1 | A POLÍTICA EDUCACIONAL PARA JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: O CAMINHO PARA A CONCRETIZAÇÃO DE UMA FORMAÇÃO EMANCIPATÓRIA

A Educação de Jovens e Adultos vem sendo construída sob a égide da luta pelo direito ao ensino público, tendo como referência o acesso à educação pela universalização dos ensinos fundamental e médio, que proporcione a igualdade de oportunidades de acesso e permanência na escola. O direito à alfabetização é incorporado assim ao direito à educação, garantindo a oferta de escolarização mediante cursos regulares presenciais, à distância e exames supletivos. São as chamadas oportunidades educacionais garantidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996.

Por ser uma modalidade de ensino que envolve dimensões que transcendem a questão educacional, a EJA tem o desafio de superar a visão da alfabetização como um processo que objetiva apenas o aprender a ler e escrever e considerar também questões relativas ao processo histórico do estudante. Nesse sentido, temos que destacar o papel do professor desta modalidade, de forma a compreender melhor a realidade dos estudantes que estão em processo de formação num contexto diferenciado, acreditando nas potencialidades que podem ser exploradas e incentivá-los para que almejem uma nova realidade. Para tanto, é necessário que o professor tenha uma capacitação que contribua no entendimento da realidade dos estudantes da EJA, para o qual ele está se deparando. É necessária uma valorização deste professor/educador para que ele também se sinta em condições de repensar formas de ensinar que possam ir além da alfabetização e da formação para a certificação.

Percebemos que os currículos não estão calcados na continuidade da formação de jovens e adultos, talvez por isso seja um desafio maior para os professores desta modalidade, que precisam romper, ir além do que está determinado para a formação da EJA.

Reafirmando o caráter transformador da educação no combate às desigualdades sociais, existe a necessidade de interagir a Educação de Jovens e

Adultos com outras políticas públicas como: saúde, cultura, trabalho, entre outras. Considerando o grave quadro de desigualdade social no país, dos paradigmas de empregabilidade, das exigências da formação para o mercado, postam-se os desafios para as políticas públicas, principalmente na área de educação.

Podemos reconhecer no espaço educacional um lugar em que os sujeitos expressam e vivenciam seus problemas concretos e onde aparecem de forma evidente às contradições expressas nas questões sociais que estão presentes em seus cotidianos. Assim, torna-se necessário refletir sobre a função da EJA e de como ela pode ser uma continuidade no processo de formação de jovens e adultos rumo ao ensino superior.

Para entender melhor os princípios norteadores em que a EJA foi construída, partimos lá do período colonial, onde Haddad e Pierro (2000) afirmam que

No campo dos direitos legais, a primeira Constituição brasileira, de 1824, firmou, sob forte influência européia, a garantia de uma “instrução primária e gratuita para todos os cidadãos”, portanto também para os adultos. Pouco ou quase nada foi realizado neste sentido durante todo o período imperial, mas essa inspiração iluminista tornou-se semente e enraizou-se definitivamente na cultura jurídica, manifestando-se nas Constituições brasileiras posteriores (HADDAD; PIERRO, 2000, p. 109).

Neste período a educação era entendida como uma ação missionária, sendo oferecida a crianças e adultos com o intuito de reproduzir normas e comportamentos da sociedade portuguesa.

Após este período, já no Brasil Império, com a criação da primeira Constituição, em 1824, foi ofertada a possibilidade de educação primária e gratuita para todos. Porém, poucos foram os avanços efetivos na área de educação neste período, uma vez que o reconhecimento legal atendia apenas a uma pequena parcela da população, a elite econômica da época, excluindo destes direitos os negros, os indígenas e as mulheres (HADDAD, PIERRO, 2000).

Já na República, a responsabilidade pelo ensino básico foi descentralizada entre as províncias e os municípios, cabendo à União a educação secundária e o ensino superior. Permaneceu a prática da educação voltada para as elites brasileiras, o que foi reforçado pelo estabelecimento da Nova Constituição de 1891 que retirava o direito de voto aos adultos analfabetos. Ao final da Primeira República, com o início da industrialização e o aumento da urbanização no país, os precários índices de escolarização tornaram-se uma preocupação tanto para a população quanto para as autoridades brasileiras.

É a partir século XX, mais especificamente nas décadas de 20/30, que a Educação de Jovens e Adultos vai marcar seu espaço na história da educação brasileira, quando foi estabelecido um Plano Nacional de Educação na Constituição de 1934, onde ficou definido pela primeira vez como dever do Estado o ensino primário integral, gratuito, de frequência obrigatória e extensiva para adultos como direito constitucional. Em 1938, foi criado o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

(INEP) e, em 1942, o Fundo Nacional do Ensino Primário, duas importantes ações na trajetória da consolidação do ensino para jovens e adultos. Em 1947, criou-se o Serviço de Educação de Adultos (SEA), que tinha o objetivo de coordenar os planos anuais do ensino supletivo para jovens e adultos analfabetos. Foi um período importante, a partir da década de 1940, para a efetivação de uma política nacional de Educação de Jovens e Adultos. Não podemos deixar de ressaltar a importância da participação dos movimentos populares nas reivindicações por direitos sociais neste processo.

A partir da década de 1950, transformações na forma de pensar e implementar a educação para este segmento marcaram o início de um processo na qual ela passou a condição de educação política, através de uma prática educativa mais reflexiva, buscando a valorização do saber e da cultura popular. O golpe militar da década de 1960 trouxe impactos nas políticas educacionais, na medida em que os movimentos de luta pelo direito à educação pública foram sendo reprimidos.

Como forma de responder a uma necessidade posta e também para atender aos interesses do próprio governo, foi criado em 1967 o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que foi caminhando para se tornar um programa que atendesse tanto a população que estava à margem do sistema escolar, como aos interesses políticos do governo militar, preocupados com a sua legitimidade e com o controle sobre a população. Em 1971, ainda sobre a égide mais radical do regime, foi sancionada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, regulamentando o Ensino Supletivo no país, com uma proposta de recuperação do atraso educacional, com o objetivo de escolarizar um grande número de pessoas, mediante um baixo custo operacional. O Ensino Supletivo tinha como pano de fundo da gestão militar a formação de mão de obra profissional na busca pelo desenvolvimento do Brasil.

Após um longo período de repressão e de coerção de todas as formas de reivindicações e posições contrárias ao regime, com a retomada do governo através da campanha de “Diretas Já” de 1983/84, tornou-se possível pensar novamente nos direitos sociais, e os movimentos sociais e a sociedade civil puderam novamente rever seus espaços na luta democrática, resultando na promulgação da nova Constituição Federal de 1988. Para a educação foi um momento de tomar novo fôlego, tendo o reconhecimento social dos direitos aos jovens e adultos à educação fundamental, com a consequente responsabilização do Estado por sua oferta pública, gratuita e universal.

A eleição de 1994, que resultou na vitória de Fernando Henrique Cardoso para presidência da República, trouxe, também, a implementação de uma reforma político-institucional na área da educação que culminou na criação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em 1996¹. Foram poucas as propostas e nada inovadoras na área de educação de jovens e adultos que a nova lei apresentou. A

1. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.

real ruptura que ela trouxe foi em relação ao fim da distinção entre os subsistemas de ensino regular e supletivo, integrando organicamente a Educação de Jovens e Adultos ao ensino básico comum. Outro avanço foi a determinação do encaminhamento por parte da União ao Congresso Nacional da criação de um Plano Nacional de Educação, com duração decenal. Foram muitas discussões, lutas e impasses até que o PNE fosse aprovado, em 2001 (Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001).

Entre o final da década de 1990 e meados dos anos 2000, foram criados programas educacionais voltados para a Educação de Jovens e Adultos e que tinham o intuito declarado de propagar um movimento de solidariedade educacional, onde todos poderiam contribuir de forma voluntária com a diminuição do analfabetismo no país. Importante pontuar o que discorrem Haddad e Pierro (2000) quando dizem que

Cada vez torna-se mais claro que as necessidades básicas de aprendizagem dessa população só podem ser satisfeitas por uma oferta permanente de programas que, sendo mais ou menos escolarizados, necessitam de institucionalidade e continuidade, superando o modelo dominante nas campanhas emergenciais e iniciativas de curto prazo, que recorrem à mão-de-obra voluntária e recursos humanos não-especializados, características da maioria dos programas que marcaram a história da educação de jovens e adultos no Brasil (HADDAD; PIERRO, 2000, p. 126).

Por outro lado, vemos que os autores não fazem a crítica destes modos de oferta da Educação de Jovens e Adultos. Ou seja, do seu caráter fragmentário e, aparentemente descontínuo. Em relação a isto Alvarenga (2010) retoma a Gramsci quando compreende que este autor asseverava o caráter social sobre os tipos de escola próprio que correspondia a cada grupo social, destinado a perpetuar nestes grupos uma determinada função tradicional, dirigente ou instrumental.

Assim a autora reflete sobre as possibilidades de um processo educativo onde haja um compromisso ético na formação, na perspectiva que todos os sujeitos tenham autonomia de pensamento e condições de perceber sua capacidade de dirigir ou controlar aquele que dirige. Uma pedagogia moderna deveria estar, então, “alicerçada na prática e na participação política constituídas por nexos inter-relacionados: política e cultura, escola e vida, passado e presente” (ibid., p.80).

No que concerne aos anos de gestão do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2010), houve realmente um diferencial em relação às gestões anteriores na valorização da EJA, porém, concretamente as ações continuaram sendo desenvolvidas de forma focalizada e fragmentada. Para Rummert e Ventura (2007)

É inegável que, no período, a EJA tornou-se objeto de um número bem mais significativo de iniciativas do que anteriormente, as quais, entretanto, se apresentam como claras explicitações do quadro já delineado. A centralidade de tais ações reside na ampliação de mecanismos de certificação, relativos à conclusão do Ensino Fundamental, à formação profissional – particularmente a de caráter inicial, como já mencionado, e, com menor ênfase, ao término do Ensino Médio. Entre essas iniciativas, podem ser destacados o Projeto Escola de Fábrica, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM – e o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio para Jovens e Adultos – PROEJA. Além desses, merecem destaque o Programa Brasil Alfabetizado e,

também, o Fazendo Escola, ambos implementados pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD (RUMMERT e VENTURA 2007, p. 34).

De forma breve, é importante pontuar que em 2003, no primeiro ano do governo Lula, a EJA passou a ser administrada pela Secretaria de Inclusão Social e pela Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo. Em 2004 essas duas secretarias foram fundidas, sendo criada a SECAD (Secretaria de Educação Continuada e Diversidade). Em 2012, a SECAD incorporou a Secretaria de Educação Especial do MEC e passou a ser chamada de SECADI (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão)².

2 | A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NUMA PERSPECTIVA AMPLIADA: O CAMINHO PARA A UNIVERSIDADE

Podemos reconhecer no espaço educacional um lugar em que os sujeitos expressam e vivenciam seus problemas concretos e onde aparecem de forma evidente as contradições expressas nas questões sociais³. Não podemos perder de vista que as pesquisas realizadas sobre os estudantes da EJA mostram que grande parte do perfil de matriculados são estudantes negros, moradores das periferias e da camada mais pobre da população, como afirma Carreira (2014),

[...] não é possível desconsiderar que a história da EJA no Brasil está intrinsecamente conectada aos impactos históricos do racismo na sociedade e na educação brasileiras, racismo aqui compreendido de forma ampla pela negação do outro, pelo não reconhecimento pleno da condição humana àquelas e àqueles considerados diferentes em decorrência de determinadas características físicas ou heranças culturais (CARREIRA, 2014, p. 211).

Boaventura de Sousa Santos (1996) nos ajuda a entender melhor este processo quando considera a escola como uma instituição social atravessada pela sociedade que a criou, ou seja, também impregnada daquilo que se pretende superar. Vale destacar que outras motivações levam os jovens e adultos para a escola, como a satisfação pessoal, a conquista de um direito, a sensação da capacidade e dignidade e a sensação de vencer as barreiras da exclusão. Ressaltando que muito sujeitos que chegam até a EJA trazem consigo uma trajetória de exclusões e discriminações, e precisam ser acolhidos juntamente com suas histórias, experiências e saberes.

É preciso compreender a necessidade da construção de uma Educação de Jovens e Adultos baseada numa cultura política e democrática, onde estes sujeitos reconheçam o significado da educação para o rompimento da naturalização dos

2. Para maiores informações sobre a SECADI acessar: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusao>

3. Segundo Yamamoto (1998, p.27) “A Questão Social é apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”.

seus lugares sociais, impostos por uma lógica de reprodução da marginalidade do indivíduo ou, - como alguns autores defendem como Antônio Gramsci⁴, - de subalternidade.

Como destaca Alvarenga (2010, p.65): “Gramsci emprega com frequência a expressão “classes subalternas” referindo-se ao proletariado como classe subalterna fundamental dentro das sociedades de formação capitalista”.

A Educação de Jovens e Adultos precisa estar desatrelada do que vem marcando sua trajetória ao longo do processo de implementação no país, que é estar alicerçada para atender as necessidades do mercado e do capital. Ou seja, é necessário pensar a Educação de Jovens e Adultos a partir de um princípio de democratização que consolide uma concepção de educação e que torne possível a todo jovem e adulto aspirar se tornar dirigente e “governante”. Como diz Mézaros (2008, p.27) “[...] é necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente”.

Nesses últimos anos, o que percebemos é uma política de continuidade no que tange às ações para esta categoria de ensino, onde há uma negação do reconhecimento da EJA como política pública de educação, e romper com esta lógica requer entender que a EJA, da forma como é desenvolvida hoje, não corresponde a uma educação emancipatória, e este é o viés a ser rompido.

A partir deste entendimento é que vislumbramos ser possível pensar na inserção do estudante que tem sua trajetória escolar na formação de jovens e adultos para além do letramento e da alfabetização em si. Assim, podemos acreditar na possibilidade da continuidade da educação destes estudantes na formação universitária, no seu ingresso no espaço de educação superior. Porém, ainda existem diversos obstáculos que refletem no baixo índice de inserção deste público ao universo da educação superior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano Nacional de Educação (PNE) apresenta como meta até o ano de 2024 (último ano de vigência do Plano)

Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNE, 2014).

Muito embora tenha sido aprovado este Plano, Alvarenga (2016) alerta que as medidas econômicas tomadas pelo então governo interino de Michel Temer (PMDB/SP), durante a tramitação do processo de impeachment da presidenta legitimamente

4. Para melhor entender o conceito de subalternidade em Gramsci ler: DEL ROIO, Marcos. Gramsci e a emancipação do subalterno. Revista de Sociologia e Política, Nº 29, Novembro 2007.

eleita Dilma Rousseff, nos fazem considerar que estas podem repercutir nas dificuldades de implementação de políticas educacionais, em especial para a EJA, considerando a sua histórica dependência em relação aos projetos e programas induzidos e financiados pela União. Para esta autora

[...] mais vinte anos da DRU compromete o financiamento dos recursos para a educação, que pode atingir os projetos em curso voltados para a Educação de Jovens e Adultos trabalhadores que, historicamente, em conjuntura de crise econômica e de ajustes fiscais, acabam sofrendo cortes de programas e redução de sua oferta pelos poderes públicos (ALVARENGA, 2016, P. 130).

Atualmente, o que verificamos, é o desmonte da Educação de Jovens e Adultos, com cortes de verbas e fechamento de turmas que oferecem esta modalidade de ensino em escolas públicas. O que vai na contramão do que debatemos neste trabalho.

A formação pela EJA é a única perspectiva possível para milhares de estudantes, principalmente os trabalhadores, em nosso país. Somente através de uma política pública comprometida com a educação emancipatória é que conseguiremos vislumbrar uma educação para jovens e adultos alinhada a uma formação continuada, que caminhe para a sua inserção até a universidade.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Marcia Soares. **Sentidos da cidadania: Políticas de Educação de Jovens e Adultos**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1º ed., 2010.

BARCELOS, Valdo; DANTAS, Tânia Regina (Orgs.). **Políticas e Práticas na Educação de Jovens e Adultos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

BRASIL. Constituição de 1824. **Constituição Política do Império do Brasil**, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25/03/1824.

_____. Constituição de 1891. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, decretada e promulgada pelo Congresso Nacional Constituinte, em 24/02/1891.

_____. Constituição de 1934. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1934.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Carlos Roberto Jamil Cury (relator). **Parecer CEB11/2000 - Diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos**. In: SOARES, Leôncio. Educação de jovens e adultos. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 25-133.

_____. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica.

_____. PDE - O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas, 2007.

CARREIRA, Denise. Gênero e Raça: a EJA como Política de Ação Afirmativa. In: CATELLI, Roberto Jr.; HADDAD Sérgio; RIBEIRO, Vera Masagão. **A EJA em xeque: desafios das políticas de Educação de Jovens e Adultos no século XXI**. São Paulo: Global, 2014, p. 195-230.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 34. ed.2011.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 53. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

HADDAD, Sérgio; PIERRO, Maria Clara Di. **Escolarização de Jovens e Adultos**. In: Revista Brasileira de Educação, nº 14, maio/agosto, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo, Cortez: 1998.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2008.

PIERRO, Maria Clara Di; JOIA, Orlando; RIBEIRO, Vera Masagão. **Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. In: Caderno CEDES, v.21, nº55, novembro de 2001, p. 58-77.

RUMMERT, S. M.; VENTURA J. P. **Políticas públicas para educação de jovens e adultos no Brasil: a permanente (re)construção da subalternidade – considerações sobre os Programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola**. In: Revista Educar, n. 29. Curitiba. Editora UFPR, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma pedagogia do conflito**. In: Silva, Luiz Heron; Azevedo, José Clóvis de; Santos, Edmilson Santos dos. Novos mapas culturais, novas perspectivas educacionais. Porto Alegre, 1996. p. 15-33.

VENTURA, Jaqueline. **A trajetória histórica da educação de jovens e adultos trabalhadores**. In.: TIRIBA, Lia; CIAVATTA, Maria (orgs.) Trabalho e educação de jovens e adultos. Brasília: Liber Livros e Editora UFF, 2011.

SOBRE O ORGANIZADOR

WILLIAN DOUGLAS GUILHERME: Pós-Doutor em Educação, Historiador e Pedagogo. Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins e líder do Grupo de Pesquisa CNPq “Educação e História da Educação Brasileira: Práticas, Fontes e Historiografia”. E-mail: williandouglas@uft.edu.br

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acesso ao ensino superior 148
Ações afirmativas 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 165
Alimentação escolar 6, 141, 144, 145, 146, 147

B

BNCC 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 223, 226, 227, 228, 231, 233

C

Carreira 70, 79, 93, 113, 119, 125, 126, 127, 128, 129, 153, 156, 182, 184, 185
Ciência 40, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 60, 79, 82, 83, 85, 87, 111, 119, 124, 125, 126, 129, 132, 168, 169, 171, 172, 173, 176, 177, 178, 179, 182, 183, 184, 185, 214
Ciências humanas 24, 37, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 124, 206
Ciências naturais 43, 44, 50, 51, 164
Classe social 36, 37, 40, 56, 101
Conhecimento científico 43, 44, 45, 47, 49, 50, 51, 59, 68, 87, 93
Crise 40, 88, 89, 90, 155, 181, 182, 184, 186, 212, 238, 241
Crise docente 88, 89, 90
Currículo integrado 59, 61, 168, 169, 170, 171, 172, 175, 176, 177, 178, 179

D

Desconstrução 37, 39, 195, 197, 202
Direito 9, 47, 57, 80, 115, 125, 134, 135, 141, 144, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 153, 159, 163, 166, 172, 181, 182, 183, 184, 186, 189, 216
Direito à educação 9, 80, 115, 148, 149, 151
Docente 11, 12, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 26, 27, 31, 32, 43, 70, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 112, 114, 115, 118, 124, 133, 134, 140, 141, 157, 162, 164, 188, 189, 192, 194, 210, 219, 223, 224, 225, 226, 229, 230, 231
Documentos do IFPA 168

E

Educação infantil 24, 25, 26, 29, 30, 34, 35, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 159, 196, 201, 204, 205
Educação musical 98, 99, 100, 101, 102, 104, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 221, 222, 252
Educação profissional 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 77, 78, 79, 80, 81, 84, 85, 86, 87, 115, 152, 169, 171, 176, 179, 210
Educação Profissional e Tecnológica no Amazonas 77, 79
Educação superior 11, 17, 21, 78, 79, 80, 87, 95, 106, 147, 154, 159, 183, 186

EJA 148, 149, 150, 152, 153, 154, 155, 156

Enfermagem 16, 17, 18, 19, 22, 23, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 74, 75, 76, 124

Ensino 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 28, 33, 34, 35, 43, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 88, 89, 90, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 104, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 129, 130, 133, 134, 136, 139, 140, 141, 143, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 157, 159, 160, 162, 164, 165, 167, 170, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 185, 186, 188, 189, 190, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 208, 210, 212, 215, 216, 217, 218, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 236, 238, 239, 240, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 250, 251

Ensino aprendizagem 5, 88, 110, 123

Ensino de arte 195, 205, 206, 216, 233

Ensino superior 11, 12, 14, 17, 18, 20, 35, 81, 90, 94, 96, 97, 113, 116, 120, 122, 124, 126, 148, 150, 157, 159, 160, 162, 164, 165, 181, 182, 183, 185, 186, 194, 210, 212

Estágio supervisionado 23, 24, 27, 28, 30, 34, 35, 98, 99, 100, 101, 103, 210

Estereótipos 158, 184, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 204, 205, 206

Expressividade 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 119

F

Formação acadêmica 81, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 132

Formação continuada 33, 86, 105, 106, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 146, 148, 155, 188, 189, 194

Formação de professores 11, 13, 20, 22, 27, 33, 51, 52, 98, 104, 114, 115, 116, 133, 140, 147, 148, 157, 158, 159, 160, 162, 165, 188, 205, 209, 211, 216, 226

Formação integral 4, 54, 60, 61, 62, 128, 176, 179, 216

Formação profissional 23, 58, 64, 70, 71, 72, 109, 112, 116, 123, 152, 156, 162, 172, 177

G

Gestão administrativa financeira 1

Gestão compartilhada 1, 5, 8, 9, 10

H

Hora-atividade 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140

I

Identidade 9, 10, 20, 21, 22, 30, 31, 35, 36, 41, 94, 97, 112, 119, 131, 179, 181, 184, 185, 186, 222, 225, 228, 229, 232, 242

Integração curricular 54, 60, 61, 62, 176

M

Metodologias ativas de ensino 120, 188

O

Ontopsicologia 181, 182, 184, 185, 186, 187

P

Pedagogia universitária 11, 14, 20, 21, 115, 141, 194

Políticas públicas 61, 65, 70, 78, 79, 81, 82, 84, 86, 94, 148, 150, 156, 157, 159, 161, 162, 163, 165, 209, 212, 242

Pós-modernidade 36

Professor 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 48, 49, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 124, 125, 134, 136, 147, 149, 160, 163, 166, 170, 182, 183, 195, 196, 197, 199, 201, 203, 204, 206, 210, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 226, 228, 232, 236, 240, 246, 247, 250, 253

Projeto integrador 168, 169, 175, 176, 177

Promoção da saúde 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 147

Publicação científica 77, 81, 83

R

Regulamentações 141

T

Trabalho docente 11, 12, 18, 20, 21, 94, 112, 133, 140

U

Universidade 2, 11, 22, 24, 29, 33, 34, 35, 36, 41, 43, 54, 64, 87, 88, 91, 96, 98, 103, 105, 107, 110, 112, 117, 119, 120, 124, 125, 133, 140, 141, 148, 153, 155, 157, 162, 167, 179, 183, 194, 195, 197, 204, 205, 206, 209, 212, 213, 215, 223, 224, 239, 243, 253

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-666-9

